

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.515.962 - RJ (2019/0157390-9)

AGRAVANTE : MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR : NERÊO CARDOSO DE MATOS JUNIOR - RJ107060
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INTERES. : RIOTUR EMP DE TURISMO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO S/A
ADVOGADO : NERÊO CARDOSO DE MATOS JUNIOR - RJ107060
INTERES. : COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMÉRICAS - AMBEV
ADVOGADOS : JOSÉ ALBERTO BETTENCOURT DA CÂMARA GRAÇA - RJ035396
ERICK OTTO SPRINGER E OUTRO(S) - RJ137514
INTERES. : ITAU UNIBANCO S.A
ADVOGADO : LUCAS ROLDÃO HERMETO E OUTRO(S) - RJ165700
INTERES. : DREAM FACTORY COMUNICACAO E EVENTOS LTDA
ADVOGADO : FILIPE CORRÊA SILVA VICENTE CHAVES E OUTRO(S) - RJ132724

DECISÃO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ajuizou ação civil pública, com pedido de liminar, contra o Município do Rio de Janeiro, RIOTUR, a Companhia de Bebidas das Américas – AMBEV e o Banco Itaú, objetivando tutela jurisdicional no sentido da condenação dos réus a adotarem medidas preventivas necessárias a fim de evitar que o Carnaval de 2011 repetisse as condições dos carnavais anteriores, em especial o do ano de 2010.

Dentre as medidas, requereu: *i*) determinar aos demandados que os desfiles dos blocos carnavalescos no Carnaval de rua no bairro de Ipanema, durante os períodos pré-carnavalesco, carnavalesco e pós-carnavalesco do ano de 2011, ocorram respeitando-se o limite de número de blocos a desfilar por dia, indicados pelo Batalhão da Polícia Militar - BPM com atribuição e no itinerário por ele indicado; *ii*) sejam os 1º e 2º réus condenados a proceder a normatização, alterando-se o teor do Decreto nº 32.664/2010 para fazer constar a limitação de que os blocos carnavalescos não poderão desfilar nas ruas internas do bairro de Ipanema durante os períodos pré-carnavalesco, carnavalesco e pós-carnavalesco, podendo fazê-lo apenas nas vias da Orla que compreendem o bairro de Ipanema da cidade do Rio de Janeiro; *iii*) determinar aos 1º e 2º réus que se abstenham de autorizar o desfile de blocos carnavalescos nas ruas internas do bairro de Ipanema, durante os períodos pré-carnavalesco, carnavalesco e pós-carnavalesco, devendo os desfiles se limitarem a Orla que compreendem o bairro de Ipanema da cidade do Rio de Janeiro; *iv*) a confirmação do pedido elencado acima em sede de antecipação

Superior Tribunal de Justiça

de tutela inaudita altera parte, no sentido de condenar os réus à obrigação de não fazer, consistente em não autorizar, licenciar, instalar, diretamente ou por terceiros, engenhos publicitários de qualquer natureza na Orla da Zona Sul da Cidade do Rio de Janeiro ou em outros locais proibidos pela Lei Orgânica Municipal e pela Lei Municipal nº 1.921/92 da cidade do Rio de Janeiro; v) a condenação solidária dos réus a indenizar os danos à coletividade causados pela eventual colocação irregular de engenhos publicitários em locais proibidos, como, por exemplo, a Orla da Zona Sul da Cidade do Rio de Janeiro, em valor não inferior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), que será revertido para o FECAM conforme previsto no artigo 13 da Lei da lei 7.347/85; vi) a condenação solidária dos réus ao pagamento de indenização a ser quantificada na fase de liquidação, à título de compensação pelos danos ambientais e pelos danos ao patrimônio público verificados após os desfiles dos blocos de Carnaval de rua no bairro de Ipanema, cidade do Rio de Janeiro, a ser revertida para o Fundo previsto no artigo 13 da Lei 7.347/85 e, vii) a condenação dos demandados ao pagamento dos honorários de sucumbência, a serem revertidos ao Fundo Estadual do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, nos termos da Lei nº. 2.819, de 07 de novembro de 1997 e Resolução GPGJ nº. 801, de 19 de março de 1998.

O Tribunal de Justiça Estadual deu parcial provimento ao recurso de apelação do Ministério Público do Rio de Janeiro, fixando pagamento de indenização, reformando a decisão monocrática que julgou extinta a ação, sem apreciação do mérito, de parte dos pedidos da inicial e improcedentes os demais pedidos (fls. 1.071-1.076), nos termos da seguinte ementa (fls. 1.223-1.225):

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO ADMINISTRATIVO. CARNAVAL 2011. REDUÇÃO DO NÚMERO DE BLOCOS E RESTRIÇÃO À ORLA DE IPANEMA PARA DIMINUIR OS IMPACTOS. IMPOSSIBILIDADE. MATÉRIA DISCRICIONÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DE PODERES. DANOS AMBIENTAIS. REPARAÇÃO IMEDIATA DOS DANOS MATERIAIS. IMPOSSIBILIDADE DE INDENIZAÇÃO. DANO MORAL COLETIVO. POSSIBILIDADE. COMPROVAÇÃO DE DANOS MORAIS FORA DA NORMALIDADE. DISPENSA DA VERBA DE SUCUMBÊNCIA AO MINISTÉRIO PÚBLICO.

1. Verifica-se a impossibilidade do poder judiciário determinar a redução do número de blocos de rua, com sua concentração na orla, no bairro de Ipanema, tendo em vista que não restou comprovado nenhum desrespeito ao direito, imputável aos números de blocos.

2. Não cabe ao judiciário intervir no poder discricionário da Administração na definição de números de blocos em cada bairro. Aliás, a definição do número de blocos e local por onde passarão envolve variáveis técnicas inerentes à Administração, como impactos no trânsito, captação de turistas, parcerias com os patrocinadores, reflexos em outros bairros, entre

Superior Tribunal de Justiça

outras questões que o judiciário não é capaz de prever e analisar, de modo que um controle judicial irá ofender gravemente o princípio da separação dos poderes.

3. No tocante aos danos materiais, aplica-se o princípio da reparação *in integrum* ao dano ambiental, de modo que, se o poluidor conseguir recuperar o meio ambiente degradado, não há que se falar em indenização.

Compulsando os autos, não restou comprovado qualquer dano remanescente nas vegetações de restinga, canteiros, praias ou ruas, uma vez que a reparação do meio ambiente, com a coleta de lixo e limpeza, é realizada imediatamente durante e após os blocos.

4. Em relação aos danos morais, o STJ possui o mesmo entendimento de que o dano deve ultrapassar à normalidade tolerável. Com isso, se faz necessário contextualizar os aborrecimentos enfrentados pelos moradores de Ipanema com o fato de ser carnaval, e os limites toleráveis deste. A maioria das reclamações da denúncia não caracteriza dano moral coletivo, pois está dentro de um padrão tolerável que toda sociedade tem de ter no carnaval, por ser este uma tradição cultural, democrática e popular, devendo ser valorizada, nos termos do art. 215, da CRFB/88.

5. No entanto, depoimentos de moradores, abaixo-assinado e fotos apontam que ao final de cada bloco os foliões desagüam na Rua Farme de Amoedo, permanecendo nos bares até altas horas, interditando a rua com caixa de som, em um verdadeiro bloco estático, o que impede o ir e vir e sossego dos moradores, de forma fora dos padrões. Dessa forma, acarreta aos moradores danos anormais, que não podem ser tolerados, nem mesmo no carnaval, pois em toda documentação, apresentada pelo Município, referente aos blocos e ruas interditadas, não há nenhuma previsão de bloco na Rua Farme de Amoedo, sendo esta interditada somente durante a passagem de certos blocos. Após o desfile desses determinados blocos a rua deveria ser liberada imediatamente pelo planejamento municipal anexado.

6. Constata-se que a única conduta causadora do referido dano é a omissão do Município do Rio de Janeiro, em não exercer o seu poder de polícia para impedir que a rua seja interditada irregularmente, permitindo que tenha som alto de madrugada e pessoas obstruindo ruas e calçadas. Portanto, deve o Município do Rio de Janeiro responder pelo desequilíbrio ambiental enfrentado na Rua Farme de Amoedo no carnaval de 2011.

7. Não cabe condenar o apelado em ônus sucumbenciais, pois trata-se de ação civil pública proposta pelo Ministério Público, razão pela qual deve se observar o princípio da simetria e tratamento isonômico entre as partes, sendo este o entendimento pacífico na jurisprudência do STJ e deste E. Tribunal RECURSO DE APELAÇÃO A QUE SE DÁ PARCIAL PROVIMENTO.

Opostos embargos de declaração pela municipalidade, foram eles rejeitados (fls. 1.277-1.280).

Município do Rio de Janeiro, interpôs recurso especial, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição da República, no qual aponta violação do art. 535, II, do CPC de 1973, porquanto, em síntese, quedou-se silente o Tribunal *a quo* da razão pela qual deliberou pela concessão de indenização por dano moral coletivo, não obstante esse pedido não tenha sido formulado na petição inicial.

Superior Tribunal de Justiça

Aponta violação dos artigos 128, 293 e 460, todos do CPC de 1973, visto que, em suma, a petição inicial não veicula pedido de indenização por dano moral coletivo, apenas descreve a suposta existência de materiais e ambientais, pelo que não poderia o aresto vergastado impor tal condenação à municipalidade.

Indica violação do art. 1º da Lei n. 7.347/1985 e do art. 6º, VI e VII, do Código de Defesa do Consumidor, sob o argumento da ausência do dano moral coletivo, posto tratar-se de sanção pecuniária de caráter eminentemente punitivo, em face de infração a direitos coletivos ou difusos, caracterizado tão somente quando atinge valores de uma comunidade, transbordando os limites da tolerabilidade.

Alega, por fim, violação do art. 944 do Código Civil, em razão da exorbitância e da desproporcionalidade da condenação em danos morais, no montante de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), levando-se em conta, principalmente, as circunstâncias do caso concreto, as condições econômicas das partes e a finalidade da reparação.

Ofertadas contrarrazões às fls. 1.315-1.335, o recurso especial teve o seguimento negado pelo Tribunal *a quo* (fls. 1.338-1.342), tendo sido interposto o presente agravo.

Instado a se manifestar, opinou o Ministério Público Federal pelo desprovimento do recurso especial (fls. 1.417-1.426).

É o relatório. Decido.

Considerando que o agravante impugnou a fundamentação apresentada na decisão agravada, e atendidos os demais pressupostos de admissibilidade do agravo, passo ao exame do recurso especial.

Como a decisão recorrida foi publicada sob a égide da legislação processual civil anterior, observam-se, em relação ao cabimento, processamento e pressupostos de admissibilidade dos recursos, as regras do Código de Processo Civil de 1973, diante do fenômeno da ultra-atividade e do Enunciado Administrativo n. 2 do Superior Tribunal de Justiça.

No que trata da alegação de violação do art. 535, II, do CPC/1973, sem razão o recorrente a esse respeito, tendo o Tribunal *a quo* decidido a matéria de forma fundamentada, analisando todas as questões que entendeu necessárias para a solução da lide, mormente aquela apontada no apelo nobre como omitida (fl. 1.238), não obstante tenha decidido contrariamente à sua pretensão.

Descaracterizada a alegada omissão, se tem de rigor o afastamento

Superior Tribunal de Justiça

da suposta violação do art. 535 do CPC/1973, conforme pacífica jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. GREVE. DESCONTOS DOS DIAS PARADOS. CABIMENTO, SALVO SE HOUVER ACORDO DE COMPENSAÇÃO DO TRABALHO.

1. No que se refere à alegada afronta ao disposto no art. 535, inciso II, do CPC/1973, verifico que o julgado recorrido não padece de omissão, porquanto decidiu fundamentadamente a quaestio trazida à sua análise, não podendo ser considerado nulo tão somente porque contrário aos interesses da parte.

2. É entendimento consolidado no âmbito do STJ que é legítimo o ato da Administração que promove o desconto dos dias não trabalhados pelos servidores públicos participantes de movimento grevista, diante da suspensão do contrato de trabalho, nos termos da Lei 8.112/1990, salvo a existência de acordo entre as partes para que haja compensação dos dias paralisados. Ressalta-se que não consta nos autos que foi feita compensação dos dias parados.

3. Recurso Especial não provido. (REsp 1616801/AP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/08/2016, DJe 13/09/2016).

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 03/STJ. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535, II, DO CPC/1973. INOCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 211/STJ. LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO. ART. 47 DO CPC/1973. INVERSÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Inexiste violação ao art. 535 do CPC/1973, quando não se vislumbra omissão, obscuridade ou contradição no acórdão recorrido capaz de torná-lo nulo, especialmente se o Tribunal a quo apreciou a demanda em toda a sua extensão, fazendo-o de forma clara e precisa, estando bem delineados os motivos e fundamentos que a embasam.

2. Não se conhece da violação a dispositivos infraconstitucionais quando a questão não foi enfrentada pelo acórdão recorrido, carecendo o recurso especial do necessário prequestionamento (Súmula 211/STJ), sobretudo quando a parte, mesmo opondo embargos de declaração na origem, não suscitou a omissão na análise dos referidos aspectos.

3. Infirmar a conclusão alcançada pela Corte de origem, quanto a existência de litisconsórcio necessário tão somente em relação a duas candidatas, que foram lotadas na localidade onde pretendem as agravadas lotação, considerando, para tanto, os limites da sentença de primeiro grau, pressupõe o cotejo da referida sentença com o conjunto probatório do feito, o que é inviável em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ. Nesse sentido: AgRg no Ag 1403108/PR, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 24/11/2015, DJe 10/12/2015.

4. Agravo interno não provido. (AgInt no REsp 1592075/PE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/08/2016, DJe 26/08/2016).

Superior Tribunal de Justiça

No que concerne à alegação de violação dos arts. 128, 293 e 460 do s do CPC/1973, do art. 1º da Lei n. 7.347/85 e do art. 6º, VI e VII, do CDC, o Tribunal *a quo*, na fundamentação do *decisum*, assim firmou entendimento (fls.1.237-1.243):

[...]

Ressalta-se, que a eventual interdição irregular da Rua Farme de Amoedo durante o carnaval não configuraria motivo para redução e concentração dos blocos na orla em Ipanema, pelo judiciário, porquanto em nada tem a ver com os blocos de rua que desfilaram, mas sim com a omissão do Município em permitir que as pessoas estendam a folia na referida rua, interditando-a até altas horas.

Ultrapassada essa questão, quanto à responsabilidade civil, há de se atentar que a inicial restringia aos danos ambientais que viessem a ser causados no carnaval de 2011 em Ipanema, com fundamento na perda da qualidade ambiental por falta de infraestrutura e organização necessárias para assegurar a paz do evento.

[...]

Dessa maneira, afasta-se a alegação de que o Ministério Público inovou na apelação ao alegar o dano moral coletivo, uma vez que o dano ambiental em sentido amplo engloba também os danos extrapatrimoniais, de modo que o pedido de condenação de indenização por danos ambientais e a exposição dos fatos e fundamentos, alegando o distúrbio do equilíbrio ambiental por conta dos barulhos, pelos moradores não poderem sair de casa, perturbação da rotina e da paz, e danos à vegetação, bastam para demonstrar que o objeto da ação se referia ao dano ambiental em sentido amplo, considerando tanto os danos materiais quanto os danos morais.

[...]

No entanto, às fls. 361/384, depoimentos de moradores, abaixo-assinado e fotos apontam que ao final de cada bloco os foliões desaguam na Rua Farme de Amoedo, permanecendo nos bares até altas horas, interditando a rua com caixa de som, em um verdadeiro bloco estático, o que impede o ir e vir e sossego dos moradores, de forma fora dos padrões.

Dessa forma, acarretaria aos moradores danos anormais, que não podem ser tolerados, nem mesmo no carnaval, pois em toda documentação, apresentada pelo Município, referente aos blocos e ruas interditadas, não há nenhuma previsão de bloco na Rua Farme de Amoedo, sendo esta interditada somente durante a passagem de certos blocos. Após o desfile desses determinados blocos a rua deveria ser liberada imediatamente pelo planejamento municipal anexado.

Assim, existe, em tese, uma omissão do Município do Rio de Janeiro em exercer seu poder de polícia para conter essa perturbação desproporcional aos moradores da Rua Farme de Amoedo.

[...]

Dessa forma, constata-se que a única conduta causadora do referido dano é a omissão do Município do Rio de Janeiro em não exercer o seu poder de polícia para impedir que a rua seja interditada irregularmente, permitindo que tenha som alto de madrugada e pessoas obstruindo ruas e calçadas.

Portanto, deve o Município do Rio de Janeiro responder pelo desequilíbrio ambiental enfrentado na Rua Farme de Amoedo no carnaval de 2011.

[...]

Consoante se verifica dos excertos reproduzidos do aresto vergastado, o Tribunal *a quo*, com base nos elementos fáticos carreados aos autos, concluiu tratar-se, o objeto da ação, de dano ambiental em sentido amplo, considerando tanto os danos materiais quanto os danos morais, a uma, por considerar que os transtornos vivenciados pelos moradores da Rua Farne de Amoedo estão acima do tolerável, a duas, por entender que a conduta causadora do referido dano é a omissão da municipalidade em não exercer o seu poder de polícia, fundamentos esses impossíveis de refutação sem o necessário cotejamento do acervo fático-probatório já analisado, procedimento impossível pela via estreita do recurso especial, ante o óbice da Súmula n. 7/STJ, que assim dispõe: “*A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial*”.

Nesse sentido, os seguintes julgados:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS. LOCAL DE INSTALAÇÃO DE ESTAÇÕES DE RÁDIO BASE DE TELEFONIA MÓVEL. SUPOSTA VIOLAÇÃO DOS ARTS. 489 E 1.022 DO CPC/2015. INOCORRÊNCIA. ACÓRDÃO SOB FUNDAMENTO EMINENTEMENTE CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME NO STJ. EXISTÊNCIA DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INAPLICABILIDADE DO NOVO REGRAMENTO CONTIDO NO ART. 1.032 DO CPC/2015. ACÓRDÃO FUNDADO NA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DE REGÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO. SÚMULA 280/STF. LEI LOCAL CONTESTADA EM FACE DE LEI FEDERAL. ART. 102, III, "D", DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COM A REDAÇÃO DADA PELA EC 45/2004. COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO PELA ALÍNEA "A". DISSÍDIO PRETORIANO PREJUDICADO. DANO MORAL COLETIVO. EXISTÊNCIA. REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. Verifica-se que não se configura a ofensa aos arts. 489 e 1.022 do Código de Processo Civil/2015, porquanto o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, tal como lhe foi apresentada.

2. Quanto à suposta violação dos arts. 1º e 19, VII, IX e XII, da Lei 9.472/1997; 49 e 12 da Lei 11.934/2009; e 4º e 11 da Lei 13.116/2015, a matéria debatida no Recurso Especial possui caráter eminentemente constitucional. Isso porque se aduz a impossibilidade de as Leis municipais invadirem a competência da União ao legislar sobre telecomunicações, do que decorreria a ausência de competência municipal relativa à instalação e funcionamento das estações de radio base.

3. Nos termos da jurisprudência do STJ, entende-se não ser aplicável o art. 1.032 do Código de Processo Civil de 2015, pois este dispositivo incide apenas nas hipóteses em que o recorrente deixa de interpor o Recurso Extraordinário, o que não ocorreu na hipótese, já que interposto às fls.

Superior Tribunal de Justiça

4.300-4.322, e-STJ. 4. O inconformismo também enseja a contestação de lei local em face de lei federal. Todavia, o exame dessa questão refoge aos limites do Recurso Especial, uma vez que, nos termos do art. 102, III, "d", da Constituição da República, tal tema é de competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal

5. Igualmente, a apreciação da controvérsia exigiria a análise de dispositivos de legislação local (Leis Municipais 3.215/2004 e 3.642/2006), pretensão insuscetível de ser apreciada em Recurso Especial, conforme a Súmula 280/STF ("Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário.").

6. Assinale-se, que fica prejudicada a análise da divergência jurisprudencial quando a tese sustentada já foi afastada no exame do Recurso Especial pela alínea "a" do permissivo constitucional.

7. Por fim, concernente à suposta violação dos artigos 6º, VI, do CDC e art. 944 do CC, o STJ entende que o dano moral coletivo prescinde da comprovação de dor, de sofrimento e de abalo psicológico, bem como que tal dano moral é cabível quando ultrapassa os limites do tolerável e atinge, efetivamente, valores coletivos, o que foi constatado pela Corte de origem (fl. 3.843, e-STJ): "Destarte, tenho que restou evidenciada a postura recalcitrante das recorrentes, que, ao menos desde 2005, vêm se esquivando, intencionalmente, de atender aos ditames da lei municipal. Tal conduta, a meu sentir, tem o condão de ocasionar dano moral coletivo, porquanto ultrapassado os limites de tolerância, afetando valores das pessoas que habitam a urbe. Importante assinalar que o que se está a reprovar não é eventual inadequação do nível de radiação emitido pelos equipamentos de telefonia celular - matéria, como já exposto, estranha a esta lide -, e nem o mal que tal situação poderia causar à saúde da população, mas, sim, o intencional e destemido descumprimento das leis municipais pelas apelantes - conduta capaz de ensejar o abalo moral coletivo e o consequente dever de reparação".

8. In casu, o acolhimento da pretensão recursal, principalmente no que diz respeito à avaliação de possível abalo moral coletivo, demanda o reexame do contexto fático-probatório, o que não se admite ante o óbice da Súmula 7/STJ.

9. Agravo Interno não provido (AgInt no REsp 1726986 / MG, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, Julgamento em 06/11/2018, DJe 19/11/2018).

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. DEPUTADO DISTRITAL. APOIO POLÍTICO. INDEVIDA VANTAGEM FINANCEIRA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO. INEXISTÊNCIA. PRECEDENTES DO STJ. SUSPEIÇÃO DE MAGISTRADO RECONHECIDA, EM OUTRA AÇÃO DE IMPROBIDADE, CONTRA OUTRO RÉU. FALTA DE IMPUGNAÇÃO, NO RECURSO ESPECIAL, DE FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO COMBATIDO, SUFICIENTE PARA A SUA MANUTENÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283/STF. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE CONVERSÃO DO JULGAMENTO EM DILIGÊNCIA, PARA REALIZAÇÃO DE PERÍCIA. REVISÃO DE MATÉRIA FÁTICA. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE, EM FACE DOS ELEMENTOS DE PROVA DOS ATOS, CONCLUIU PELA COMPROVAÇÃO DO ELEMENTO SUBJETIVO, PELA

Superior Tribunal de Justiça

CONFIGURAÇÃO DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, PELA EXISTÊNCIA DE DANO MORAL COLETIVO INDENIZÁVEL E PELA PROPORCIONALIDADE DAS SANÇÕES APLICADAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

[...]

X. Tendo em vista a fundamentação adotada no acórdão recorrido, o exame da irresignação do agravante - quanto às alegações de que não teria sido comprovada a existência de dano moral coletivo a ser indenizado e de que as sanções que lhe foram aplicadas, na origem, seriam desproporcionais - também demandaria o reexame de matéria fática, o que igualmente é inviável, em Recurso Especial, a teor da Súmula 7/STJ. Precedentes do STJ (AgInt no AREsp 1.129.965/RJ, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 18/06/2018; AgRg no AREsp 533.862/MS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 04/12/2014; REsp 1.203.149/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe de 07/02/2014).

XI. Agravo interno improvido (AgInt no REsp 1551157 / DF, Relator Ministra ASSUETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, Julgamento em 16/10/2018, DJe 25/10/2018).

A respeito da violação do art. 944 do Código Civil, é necessário destacar que de acordo com a jurisprudência desta Corte a revisão de indenização por danos morais coletivos só é viável, pela via estreita do recurso especial, quando o valor arbitrado nas instâncias ordinárias for exorbitante ou irrisório, caso contrário, incide o óbice do enunciado da Súmula n. 7/STJ.

Para a hipótese dos autos, a condenação da municipalidade à indenização por dano moral coletivo, fixado em R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) pelo Tribunal *a quo*, em razão da conduta omissiva de não exercer o seu poder de polícia, tendo por consequência o desequilíbrio ambiental enfrentado na Rua Farne de Amoedo no carnaval de 2011, não se mostra irrazoável ou desproporcional de modo a permitir a excepcionalidade da revisão do montante indenizatório pela via do recurso especial.

Em situações análogas, os seguintes julgados:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ENERGIA ELÉTRICA. SUSCITADA AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOS DANOS MORAIS COLETIVOS, DA CONDUTA OU DO NEXO CAUSAL. INVERSÃO DO JULGADO. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INVIABILIDADE. VALOR DA INDENIZAÇÃO, FIXADO EM R\$ 50.000,00, QUE NÃO SE AFIGURA EXCESSIVO OU DESPROPORCIONAL. VERIFICAÇÃO DE OFENSA A NORMAS INFRALEGAIS. NÃO CABIMENTO, EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. AGRAVO INTERNO DA AUTARQUIA FEDERAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

[...]

4. O valor da indenização por danos morais somente comporta redução, em sede de Recurso Especial, quando exorbitante ou desproporcional,

Superior Tribunal de Justiça

o que não aconteceu no presente caso, em que o montante de R\$ 50.000,00 se mostra adequado diante da lesão aos consumidores indicada pelo acórdão recorrido.

5. Para acolher a pretensão recursal, seria necessário aferir a ocorrência de eventual violação da Portaria 466/1997 do DNAEE e da Resolução 456/2000 da ANEEL, o que é inviável nesta instância, pois tais espécies normativas não se equiparam a Leis Federais (AgInt no REsp. 1.725.959/DF, Rel. Min. ASSUETE MAGALHÃES, DJe 13.9.2018; AgInt no REsp. 1.490.498/RS, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, DJe 23.8.2018).

6. Agravo Interno da Autarquia Federal a que se nega provimento (AgInt no AREsp 854214 / SP, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 06/06/2019).

PROCESSUAL CIVIL E AMBIENTAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA PARA COIBIR A PRÁTICA RECORRENTE DE POLUIÇÃO SONORA. MINISTÉRIO PÚBLICO. LEGITIMIDADE RECONHECIDA. DANO MORAL COLETIVO. POLUIÇÃO SONORA. OCORRÊNCIA. PRECEDENTES. REDUÇÃO DA INDENIZAÇÃO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

1. Recurso especial decorrente de ação civil pública em que se discute danos morais coletivos decorrentes de poluição sonora e irregularidade urbanística provocadas por funcionamento dos condensadores e geradores colocados no fundo do estabelecimento das condenadas.

2. Tratando-se de poluição sonora, e não de simples incômodo restrito aos lindeiros de parede, a atuação do Ministério Público não se dirige à tutela de direitos individuais de vizinhança, na acepção civilística tradicional, e, sim, à defesa do meio ambiente, da saúde e da tranquilidade pública, bens de natureza difusa. O Ministério Público possui legitimidade para propor Ação Civil Pública com o fito de prevenir ou cessar qualquer tipo de poluição, inclusive sonora, bem como buscar a reparação pelos danos dela decorrentes. Nesse sentido: REsp 1.051.306/MG, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, Rel. p/ Acórdão Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/10/2008, DJe 10/09/2010.

3. "Tratando-se de poluição sonora, e não de simples incômodo restrito aos lindeiros de parede, a atuação do Ministério Público não se dirige à tutela de direitos individuais de vizinhança, na acepção civilística tradicional, e, sim, à defesa do meio ambiente, da saúde e da tranquilidade pública, bens de natureza difusa" (REsp 1.051.306/MG, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, Rel. p/ Acórdão Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/10/2008, DJe 10/09/2010.).

4. "O dano moral coletivo, assim entendido o que é transindividual e atinge uma classe específica ou não de pessoas, é passível de comprovação pela presença de prejuízo à imagem e à moral coletiva dos indivíduos enquanto síntese das individualidades percebidas como segmento, derivado de uma mesma relação jurídica-base. (...) O dano extrapatrimonial coletivo prescinde da comprovação de dor, de sofrimento e de abalo psicológico, suscetíveis de apreciação na esfera do indivíduo, mas inaplicável aos interesses difusos e coletivos". Nesse sentido: REsp 1.410.698/MG, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/06/2015, DJe 30/06/2015; REsp 1.057.274/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 01/12/2009, DJe 26/02/2010.

5. A Corte local, ao fixar o valor indenizatório em R\$ 50.000,00

Superior Tribunal de Justiça

(cinquenta mil reais), o fez com base na análise aprofundada da prova constante dos autos. A pretensão da ora agravante não se limita à reavaliação da prova apreciada do aresto estadual, mas, sim, ao seu revolvimento por este Tribunal Superior, o que é inviável. Incidência da Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça.

Nesse sentido: AgRg no AREsp 430.850/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 07/03/2014.

Agravo regimental improvido (AgRg no AREsp 737887 / SE, Relator Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, Julgamento em 03/09/2015, DJe 14/09/2015).

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *a* e *b*, do RI/STJ, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nesta parte, negar-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator